



PROVÃO DE BOLSAS

CONGRESSO
DEFENSORIA PÚBLICA

Na defesa dos vulneráveis

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Este é um provão de bolsas com foco em concursos de Defensorias.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos dos programas dos editais dos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das bancas organizadoras dos concursos.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-Provão-de-Bolsa-20-06>



Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS HUMANOS

Lúcia Reinert

11. Assinale a alternativa correta:

1. O Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos adota um modelo de justiça de transição que inclui a persecução penal de autores de atos de afronta a direitos humanos durante períodos de autoritarismo, de ditadura, de conflitos ou de graves lutas civis na América Latina.

2. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, em diversos julgamentos –proclamou a absoluta incompatibilidade, com os princípios consagrados na Convenção Americana de Direitos Humanos, das leis nacionais que concederam anistia, unicamente, a agentes estatais, as denominadas "leis de autoanistia".

3. De acordo com o STF, a lei de anistia brasileira, exatamente por seu caráter bilateral, não pode ser qualificada como uma lei de autoanistia, o que torna inconsistente, para os fins deste julgamento, a invocação dos mencionados precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

4. De acordo com a Corte Interamericana, a lei de anistia brasileira, exatamente por seu caráter bilateral, não pode ser qualificada como uma lei de autoanistia.

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas uma afirmação é verdadeira
- c) Duas afirmações são verdadeiras
- d) Todas são falsas
- e) Apenas uma está incorreta

12. Em 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu sentença na qual, entre outras obrigações, determinou que o Brasil adotasse, em prazo razoável, medidas necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas conforme os parâmetros interamericanos. Qual foi o caso julgado pela Corte Interamericana?

- a) Caso Belo Monte
- b) Caso Gomes Lund
- c) Caso do Desaparecimento Forçado do Xingú
- d) Caso Maria da Penha
- e) Caso Ellwanger

13. A justiça de transição consiste em um conjunto de dispositivos que regula a restauração do Estado de Direito após regimes ditatoriais ou conflitos armados internos, englobando quatro dimensões (ou facetas), exceto:

- a) direito à verdade
- b) o direito à reparação exclusivamente moral das vítimas;
- c) o dever de responsabilização dos perpetradores das violações aos direitos humanos
- d) a formatação democrática das instituições protagonistas da ditadura (por exemplo, as Forças Armadas
- e) o direito à memória

14. A respeito do Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos:

I) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos indica, como forma de redução das prisões preventivas, a utilização das práticas de justiça restaurativa, que, no Brasil, são incentivadas por resolução do Conselho Nacional de Justiça.

II) A Justiça Restaurativa está prevista na Resolução do CNJ nº 225/2016: que define como sendo um “conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado”.

III) A justiça restaurativa trabalha com a responsabilização de agressores e a reparação do dano de uma forma que permita a recomposição dos laços sociais rompidos, evidenciando os benefícios da Justiça Restaurativa ao lado da cultura do punitivismo, especialmente em um contexto marcado pelo avanço da criminalidade no país e do aumento do número de presos do sistema penitenciário.

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas uma afirmação é verdadeira
- c) Apenas I e II são verdadeiras
- d) Todas são falsas
- e) Apenas II e III são verdadeiras

15. Em relação ao direito internacional das crianças e adolescentes assinale alternativa incorreta:

- a) A Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) e seus protocolos já previam o direito da criança "de ter, desde o momento do nascimento, um nome, uma nacionalidade e, na medida do possível, de conhecer seus pais e a ser cuidada por eles;" bem como de "que seja registrada imediatamente após seu nascimento".
- b) A Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) não prevê o direito a assistência jurídica, eis que tal direito está previsto exclusivamente no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.
- c) A própria Constituição Federal de 1988 no art. 227 é um comando de proteção às crianças, impondo obrigações ao Estado; bem como as atribuições da Defensoria no art. 134 da CF/88.
- d) O direito à nacionalidade também está assegurado no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.
- e) Crianças estrangeiras que migrarem para o Brasil desacompanhadas de seus responsáveis e sem documento de viagem poderão ser assistidas pela Defensoria Pública, para que sua situação seja regularizada no país, eis que tal conduta se coaduna com as regras internacionais de promoção, proteção e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

16. Com relação aos direitos das minorias, assinale a alternativa correta

I) Indígenas latino-americanos que migrem para o Brasil em razão de graves violações de direitos humanos em seu país de origem não podem ser considerados refugiados nos termos dos tratados internacionais e da legislação nacional que regulam o tema.

II) A preservação de tradições e práticas culturais de minorias é incompatível com a universalidade dos direitos humanos.

III) Não é considerado refugiado, aquela pessoa que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.

a) Todas estão incorretas

b) Todas estão corretas

c) Apenas I e II são falsas

d) Apenas II e III são verdadeiras

e) Apenas a I está correta

17. Assinale a alternativa incorreta em relação aos direitos da pessoa humana:

a) A clássica divisão entre direitos individuais e políticos e direitos sociais e econômicos é útil para se compreender o fenômeno da pobreza.

b) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais recomendam aos países com baixo desenvolvimento econômico que priorizem direitos sociais em vez de liberdades individuais.

c) A participação do cidadão no governo é característica dos direitos políticos e o seu exercício consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado.

d) Os direitos humanos visam garantir que todas as pessoas sejam sujeitos de direitos em qualquer lugar onde estiverem, o que, todavia, não significa a existência de uma cidadania global no mundo contemporâneo.

e) A erradicação da pobreza baseada no crescimento econômico sustentado, no

desenvolvimento social, na proteção do meio ambiente e na justiça social requer a participação das mulheres no desenvolvimento econômico e social, a igualdade de oportunidades e a plena e equânime participação de mulheres e homens como agentes beneficiários de um desenvolvimento sustentado

18. Em relação a prisão civil do depositário infiel assinale a alternativa correta em relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal e o Sistema Interamericana de Direitos:

I) A subscrição pelo Brasil do Pacto de São José da Costa Rica, limitando a prisão civil por dívida ao descumprimento inescusável de prestação alimentícia, implicou a derrogação das normas estritamente legais referentes à prisão do depositário infiel

II) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

III) Desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), ambos no ano de 1992, não há mais base legal para prisão civil do depositário infiel, pois o caráter especial desses diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna.

a) Todas estão corretas

b) Apenas I e II estão corretas

c) Apenas II e III estão corretas

d) Todas estão incorretas

e) Apenas I e III estão corretas

19. Em relação ao princípio da presunção de inocência assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da presunção de inocência apresenta eficácia irradiante para todo o ordenamento jurídico, com possibilidade de extensão desse princípio no âmbito do processo eleitoral, eis que em razão da otimização e da maximização do sistema interno e internacional dos Direitos Humanos o princípio deve ser amplamente interpretado.
- b) O princípio da presunção de inocência embora esteja previsto na Constituição Federal de 1988 não tem previsão expressa no Sistema Global e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
- c) O Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos), no seu artigo 8 (2) estabelece: "toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência ainda que se comprove legalmente sua culpa".
- d) No âmbito dos Direitos Humanos, apenas o Sistema Interamericano de Direitos Humanos prevê expressamente a proteção do princípio da presunção de inocência, eis que no Sistema Global não há previsão expressa, sendo decorrente de um costume internacional.
- e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a consagração da Presunção de Inocência em seu texto de forma expressa, porém o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ainda que incorporado no ordenamento jurídico pátrio, deixou de prever expressamente o referido princípio.

20. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos analisou o caso Luiza Melinho, mediante uma solução amistosa, que tratou, de maneira principal, do direito:

- a) À vida
- b) À saúde da criança com deficiência
- c) À moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado
- d) A violação do contraditório e a ampla defesa
- e) À realização de cirurgia de afirmação sexual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

21. Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal sobre o tema Servidores Públicos

- a) A jurisprudência do STF exige processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende cabível o aumento de vencimentos de servidores públicos pelo Poder Judiciário.
- c) O direito ao auxílio-alimentação é extensível aos servidores inativos.
- d) Ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.
- e) Reitor de universidade é livremente demissível pelo presidente da república durante o prazo de sua investidura.

22. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) assinale a alternativa correta

- a) Se o agente público for detentor de foro especial por prerrogativa de função, este deverá ser respeitado na ação por improbidade administrativa, não sendo viável o processo e o julgamento na primeira instância.
- b) Configura bis in idem a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.
- c) A sanção de suspensão dos direitos políticos pode ser executada provisoriamente.
- d) O Presidente da República, os Ministros de Estado e os Ministros do STF não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, uma vez que se sujeitam a um regime de responsabilidade político-administrativa específico.
- e) A aplicação da sanção de perda da função pública depende do trânsito em julgado da sentença condenatória.

23. Sobre o tema controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) A tutela administrativa, conhecida também como controle finalístico, é o controle exercido pela Administração direta sobre seus próprios órgãos.
- b) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal sob os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade integra o controle externo exercido pelo Poder Legislativo Federal com o auxílio do TCU.
- c) O exercício do controle judicial sobre os atos da administração pública abrange os exames de legalidade e de mérito desses atos, cabendo ao juiz anulá-los ou revogá-los.
- d) Não é possível a autotutela sobre os atos administrativos após a sua impugnação no Poder Judiciário.
- e) Quanto aos sistemas de controle da Administração Pública, o ordenamento brasileiro filiou-se ao sistema francês ou de dualidade de jurisdição, na medida em que vários órgãos colegiados administrativos possuem a função atípica de julgamento de recursos administrativos.

24. A administração pública pretende celebrar parceria, sem repasse de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública. Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014. O instrumento jurídico adequado para esta parceria é o

- a) Acordo de cooperação.
- b) Termo de fomento.
- c) Contrato de gestão.
- d) Termo de parceria.
- e) Termo de colaboração.

25. Sobre as disposições concernentes aos bens públicos, assinale a alternativa correta

- a) Os bens das empresas públicas ou sociedades de economia mista prestadoras de serviço público,

ainda que afetados a essa finalidade, são considerados bens privados.

- b) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- c) A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.
- d) As terras devolutas pertencem, em regra, aos Estados-membros, com exceção daquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos Estados.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

26. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:

- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- c) estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;
- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.

27. Em relação ao direito de família, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) a separação é requisito para o divórcio;
- b) é possível, na execução de alimentos, a penhora de valores decorrentes do FGTS para o pagamento de prestação alimentícia;
- c) não corre prescrição entre os cônjuges em qualquer caso, ainda que em sua forma aquisitiva;
- d) o pagamento parcial dos alimentos afasta a prisão civil;
- e) não é possível a realização de acordo com o objetivo de exonerar o devedor de pensão alimentícia do pagamento das parcelas vencidas.

28. Carlos firmou negócio jurídico com James sob a condição de que o pagamento só seria por ele devido se chovesse por três dias seguidos. Após chover dois dias, Carlos realizou o pagamento acreditando ter sido a condição realizada. Sobre a situação do pagamento indevido relatada, é incorreto afirmar que:

- a) todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição;
- b) não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível;
- c) não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral, ou proibido por lei;
- d) àquele que voluntariamente pagou o indevido é presumido o direito ao ressarcimento;
- e) se o credor não quiser receber o pagamento por não ter sido satisfeita a condição, ele estará em mora desde então.

29. Não é causa que cessa a menoridade:

- a) o casamento de menor de dezesseis anos;
- b) o exercício de emprego público efetivo;
- c) a colação de grau em curso de ensino superior;
- d) o estabelecimento civil ou comercial, ou a existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;
- e) a emancipação voluntária por concessão dos pais.

30. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;

e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

31. Assinale a alternativa que corretamente indica o prazo para que, após a abertura da sucessão definitiva em caso de ausente e sem o seu regresso e na inércia de qualquer outro interessado, ocorra a arrecadação dos bens do ausente em favor do Município.

- a) dois anos;
- b) cinco anos;
- c) três anos;
- d) um ano;
- e) dez anos.

32. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

33. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

- a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;
- c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma;
- e) apenas poderá exigir o cumprimento da obrigação depois que os demais credores, não falecidos, tiverem o seu crédito satisfeito.

34. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embarçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

35. Carlos, Carla e Márlia são irmãos. Após a morte de seus pais, permanecem aguardando ansiosamente a abertura do testamento, cabendo a Márlia a leitura das disposições testamentárias. Em razão da rivalidade existente entre os irmãos, todos ficarão atentos para qualquer irregularidade nas disposições escritas, a fim de evitar indevido favorecimento em proveito de qualquer deles. Em relação às disposições testamentárias, é nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique;
- e) que deixe de instituir herdeiro ou legatário sob a condição captatória de que este disponha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

36. Julgue os itens que seguem:

I. A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.

II. Os escritórios de prática jurídica das faculdades de direito, reconhecidas na forma da lei, que prestam assistência jurídica gratuita, gozam do benefício do prazo em dobro para manifestações no processo.

III. A contagem do prazo para manifestação do defensor público terá início com a intimação pelo diário da justiça eletrônico, em se tratando de autos físicos.

Marque a alternativa correta:

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Todos os itens são falsos.
- c) Apenas I e II são verdadeiros.
- d) Apenas III é verdadeiro.
- e) Apenas II é verdadeiro.

37. Assinale a alternativa correta a respeito da atuação da Defensoria Pública como curadora especial:

- a) O defensor deve apresentar impugnação específica dos fatos quando atuar nessa condição.
- b) No CPC de 2015, a curadoria especial é função institucional tanto da Defensoria Pública quanto do Ministério Público.
- c) O curador especial tem legitimidade para propor reconvenção em favor de réu revel citado por edital.
- d) O recurso interposto pela Defensoria, na qualidade de curadora especial, precisa de preparo.
- e) As hipóteses de atuação do curador especial limitam-se à fase de conhecimento.

38. Julgue os itens a seguir:

- I. É possível que o magistrado, a qualquer tempo, e mesmo de ofício, revise o valor desproporcional das astreintes.
- II. O ordenamento não admite o instituto da reconvenção sucessiva, também denominada de reconvenção à reconvenção.
- III. É recorrível por agravo de instrumento o ato judicial que determina a intimação do devedor para o pagamento de quantia certa

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) III

39. Assinale a alternativa correta a respeito da execução:

- a) Na execução por quantia certa, os honorários advocatícios de 10% serão fixados de plano pelo juiz ao despachar a petição inicial, cujo valor será reduzido pela metade se o executado pagar integralmente o valor, no prazo de três dias da citação ou poderá ser elevado a 20% quando rejeitados os embargos à execução ou, quando não opostos, levando-se em conta o trabalho realizado

pelo advogado do exequente, conforme se constatar ao final do procedimento executivo.

- b) O prazo comum para cumprimento voluntário de sentença não deverá ser computado em dobro no caso de litisconsortes com procuradores distintos, em autos físicos.
- c) Não é possível a cumulação de honorários advocatícios arbitrados na execução com aqueles fixados nos embargos do devedor.
- d) Nas obrigações de fazer, ainda que a obrigação possa ser satisfeita por terceiro, é vedado ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que aquele a satisfaça à custa do executado.
- e) É proibida a citação postal no processo de execução.

40. Considere as disposições do Código de Processo Civil e assinale a alternativa correta sobre o recurso adesivo.

- a) Constitui espécie autônoma de recurso.
- b) A Fazenda pública não terá prazo em dobro para interpor o recurso adesivo.
- c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.
- d) Será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- e) Não será conhecido se houver desistência do recurso principal.

41. Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:

- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno
- e) recurso ordinário

42. Sobre os atos processuais, a partir das disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, seja expressa ou tacitamente.
- b) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- c) Todas as nulidades dos atos, se não alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, serão consideradas preclusas.
- d) Salvo disposição em sentido contrário, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital.
- e) Sendo a lei omissa, o prazo para a parte praticar o ato processual será sempre o de dez dias.

43. Segundo o Código de Processo Civil, ensejam a suspensão do processo:

- I) Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- II) Perda de capacidade processual de qualquer das partes.
- III) Convenção entre as partes.
- IV) Arguição de suspeição.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) apenas II.

44. Sobre competência, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.
- b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorrer no estrangeiro.
- d) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.
- e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação deverá ser proposta na capital do respectivo ente federado.

45. Em relação à reclamação, é correto afirmar:

- a) Deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao relator do processo principal.
- b) Não há possibilidade de eventual interessado impugnar o pedido do reclamante.
- c) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
- d) O presidente do tribunal determinará o cumprimento da decisão após a lavratura do acórdão.
- e) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO PENAL

Leonardo Tavares

46. Com relação aos princípios e às garantias penais, assinale a opção correta.

- a) O princípio da adequação social serve de parâmetro fundamental ao juiz, que, diante das condutas típicas formais, deve deliberar quais sejam passíveis de punição criminal.
- b) Conforme a proibição do caráter perpétuo da pena, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o cumprimento de medida de segurança se sujeita ao limite máximo de 40 anos.
- c) O impedimento de previsão de tipos penais vagos emana do princípio da reserva legal em matéria penal.
- d) Para o princípio da culpabilidade para que haja a punição penal exige-se a demonstração de conduta dolosa ou culposa
- e) Para o princípio da subsidiariedade, o direito penal apenas tutela uma pequena fração dos bens jurídicos protegidos nas hipóteses em que se verifica uma lesão ou ameaça de lesão mais intensa aos bens de maior relevância.

47. Analise as seguintes assertivas acerca da norma penal, e marque a correta:

- a) A lei penal temporária tem vigência somente durante o estado de emergência.
- b) As leis penais incriminadoras são classificadas em permissivas e explicativas.
- c) A lei é fonte mediata do Direito Penal.
- d) Conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou crime permanente, ainda que sua vigência se dê em momento anterior à cessação da continuidade ou da permanência, se o marco inicial de tal vigência ocorrer em momento posterior ao início da execução.
- e) A norma penal pode ter como particularidades a retroatividade e a ultratividade

48. Analise as seguintes assertivas acerca da norma penal, e marque a assertiva correta:

- a) quando a norma incompleta e seu necessário complemento estão contidos na mesma estrutura legislativa é chamada de norma penal em branco própria homovitelina.
- b) Há a incidência do princípio da continuidade normativa típica quando uma norma penal é revogada, porém, sua conduta continua prevista como delito em outro dispositivo legal
- c) aplica-se a lei penal mais favorável ao réu, ao fato cometido sob a égide de lei anterior, desde que ele ainda não tenha sido decidido por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Se a lei nova for mais favorável ao réu, deixando de considerar criminosa a sua conduta, ela retroagirá mesmo que o fato tenha sido definitivamente julgado, fazendo cessar os efeitos civis e penais da sentença condenatória.
- e) Após o cálculo final da pena, o número não inteiro de dias deve ser desprezado no cálculo da pena privativa de liberdade, e as frações de real devem ser consideradas no cálculo da pena de multa.

49. Marque a assertiva que está de acordo com os dispositivos penais e doutrina majoritária:

a) ao tratar da relação de causalidade, o CP consignou que a superveniência de causa relativamente independente apenas afasta a imputação quando, por si só, produziu o resultado, eliminando outras considerações quanto aos fatos anteriores ocorridos.

b) “Bob”, sabendo que “Klebeson” é hemofílico, fere-o, com intuito homicida, ocorrendo efetivamente a morte, em virtude de hemorragia derivada da doença da qual “Klebeson” era portador, situação essa que leva à punição de “Bob” por homicídio tentado, sendo a hemofilia, nesse caso, considerada concausa.

c) o resultado da ação não pode ser atribuído ao agente na hipótese da existência de causa absolutamente independente, salvo se esta for preexistente.

d) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, essa causa produzir o resultado. Os fatos posteriores, contudo, imputar-se-ão a quem os praticar.

e) “Leleco”, com o intuito de matar “Jerry”, dispara contra ele com arma de fogo, ferindo-o, sobrevivendo a morte de “Jerry”, unicamente por intoxicação causada por envenenamento provocado no dia anterior por “Ditoca”, devendo “Leleco”, nessa situação, responder por homicídio tentado, porque o envenenamento é considerado causa absolutamente independente preexistente

50. Sobre a etapas de realização da infração penal, marque a alternativa correta:

a) O arrependimento eficaz ordena que a manifestação do autor do crime seja posterior à consumação do delito.

b) para a que ocorra a desistência voluntária ou o arrependimento eficaz, satisfaz a voluntariedade por parte do agente, não sendo exigida espontaneidade em sua decisão de desistir da trajetória criminoso ou de evitar a ocorrência do resultado

c) A diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz está no fato de que, na desistência voluntária, o agente não chega a iniciar a execução do delito. Por sua vez, no arrependimento eficaz a execução iniciada é interrompida, impedindo-se a consumação do delito.

d) Em algumas infrações penais o exaurimento é etapa do iter criminis.

e) a desistência voluntária é compatível com a tentativa perfeita ou crime falho;

51. De acordo com o Código Penal e Doutrina, analise as assertivas e marque a correta:

a) São causas supralegais de exclusão de ilicitude a insignificância penal e adequação social da conduta.

b) Excluem a ilicitude do fato o estado de necessidade, a legítima defesa e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado que torna o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

c) é admissível a legítima defesa contra quem age em estado de necessidade.

d) Quanto ao estado de necessidade o direito penal brasileiro adota a teoria unitária do estado de necessidade, reconhecendo-o unicamente como uma justificante

e) somente é possível a responsabilização por excesso doloso de quem age em estrito cumprimento do dever legal, em hipótese alguma por excesso culposos.

52. Quanto à culpabilidade:

- a) A teoria psicológico-normativa da culpabilidade: retirada do dolo e da culpa do conceito de culpabilidade.
- b) Para a Teoria extremada da culpabilidade: a discriminante putativa é erro de proibição e exclui a culpabilidade se diante de erro inescusável.
- c) O conceito normativo de culpabilidade: deslocou os componentes psicológicos para o tipo de injusto, conservando a culpabilidade com os componentes normativos do juízo de reprovação e do juízo de exculpação
- d) O Direito Penal brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade: trata o erro sobre os pressupostos fáticos de uma justificante como erro de proibição indireto.
- e) A teoria extremada da culpabilidade: distingue, em relação à causa de justificação, erro de proibição indireto e erro de tipo permissivo.

53. Quanto aos crimes patrimoniais, marque a assertiva correta:

- a) No furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la pela metade, ou aplicar somente a pena de multa.
- b) No roubo, A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca
- c) No furto, aumenta-se a pena de 1/3 a 2/3 se o crime é cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- d) O roubo é qualificado se é cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- e) No roubo a pena é aumentada em 2/3 se o crime é cometido mediante emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

54. Quanto às modificações trazidas pela Lei nº 13.964/2019, foram acrescentados ao rol de crimes hediondos, exceto:

- a) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.
- b) Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte.
- c) Roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.
- d) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito.
- e) furto qualificado pelo concurso de pessoas

55. Acerca do delito de homicídio doloso, assinale a opção correta.

- a) Se praticado contra autoridade ou agente das forças de segurança pública é causa de aumento de pena.
- b) é qualificado se cometido por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- c) É possível a aplicação do privilégio ao homicídio qualificado independentemente de as circunstâncias qualificadoras serem de ordem subjetiva ou objetiva.
- d) A qualificadora do feminicídio, homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar, não é incompatível com a presença da qualificadora da motivação torpe
- e) é privilegiado se praticado por agente impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

56. No que se refere aos procedimentos previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) No procedimento sumário, poderão a acusação e a defesa arrolarem até o máximo de 5 (cinco) testemunhas cada.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, deverá o magistrado determinar a citação do acusado para comparecer à audiência de instrução para interrogatório.
- c) O princípio da ‘identidade física do juiz’ carece de previsão expressa no CPP, sendo, em verdade, uma construção jurisprudencial em analogia ao Código de Processo Civil.
- d) A suspensão condicional do processo, prevista na Lei 9.099/95, é instituto despenalizador aplicável apenas às infrações abrangidas pela Lei dos Juizados Especiais.
- e) Em caso de concurso material de crimes, para efeito de se eleger o procedimento, não se deve operar a soma das penas (critério usado apenas na dosimetria); ao contrário, deve ser verificada apenas a pena máxima do crime mais grave.

57. A respeito da “teoria geral dos recursos”, assinale a alternativa correta.

- a) Não viola o princípio que veda a *reformatio in pejus* a correção pelo tribunal, *ex officio*, de erro material na dosimetria de pena constatada por ocasião de recurso exclusivo da defesa, sendo perfeitamente possível a elevação do *quantum* da reprimenda nessa situação.
- b) Pelo princípio da “fungibilidade recursal”, a interposição da espécie de recurso incorreta ao caso não prejudicará a parte, independentemente da verificação de má-fé.
- c) O Ministério Público poderá desistir de recurso por ele interposto.
- d) De acordo com o CPP, não há exceção à voluntariedade na interposição dos recursos.
- e) No concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em

questões objetivas e não pessoais ou particularizadas, aproveitará aos demais.

58. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) A perempção pode atingir tanto as ações penais de iniciativa privada quanto as ações penais públicas condicionadas à representação, ambas a depender da vontade da vítima.
- b) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive aos que o recusarem;
- c) O Ministério Público pode desistir da ação penal;
- d) A renúncia ao direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá;
- e) Por constituir elemento indispensável e tradutor de justa causa, deverá ser rejeitada a denúncia que não apresentar rol de testemunhas.

59. Sobre os entendimentos simulados pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a incorreta.

- a) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- b) O núcleo de prática jurídica, por exercer múnus público, não precisa apresentar procuração em relação àqueles que representa no processo penal.
- c) É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514, do Código de Processo Penal (crimes de responsabilidade dos funcionários públicos), na ação penal instruída por inquérito policial.
- d) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *habeas corpus*.
- e) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

60. Com relação às questões preliminares e prejudiciais, assinale a alternativa correta.

a) O juiz não pode decretar a suspensão do curso da ação penal de ofício, apenas mediante requerimento expresso e com a concordância de ambas as partes, tanto da defesa quanto do Ministério Público.

b) Constitui característica/elemento das questões prejudiciais, de acordo com a classificação doutrinária, a autonomia. Por essa característica, existiria um processo onde se tem a questão prejudicada e outro (autônomo e distinto) no qual se definiria a questão prejudicial.

c) As questões prejudiciais são aquelas que tratam de temas de direito processual, não possuindo autonomia e independência, só podendo ser apreciadas pelo juízo penal.

d) As questões preliminares, que tratam de direito material, podem ser analisadas tanto pelo juízo penal quanto pelo extrapenal.

e) A questão prejudicial imperfeita é aquela que pertence a outro ramo de direito da questão prejudicada.

61. Sobre os sujeitos do processo assinale a alternativa errada.

a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

b) Do despacho que admitir, ou não, o assistente de acusação, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

c) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.

d) Defensor dativo é aquele nomeado pelo juiz para os acusados que não têm advogado constituído nos autos. Essa nomeação pode se dar em favor dos acusados que não possuam condição

para a contratação, ou mesmo para aqueles que, a despeito de possuírem condições financeiras, não o fizeram, transcorrendo-se o prazo legal para a apresentação de resposta à acusação.

e) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

62. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito das comunicações processuais e nulidades, assinale a alternativa correta.

a) É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

b) É nula a citação por edital de réu preso em unidade da federação vizinha àquela em que o juiz exerce a sua jurisdição.

c) A nomeação de defensor dativo supre a nulidade por falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

d) Na esteira do contraditório e ampla defesa, é indispensável a intimação da defesa da data da audiência no juízo deprecado, mesmo que já tenha sido intimada da expedição da carta precatória.

e) É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

63. Assinale a alternativa que contém afirmação correta sobre a prisão preventiva nos termos das alterações promovidas pela Lei 13.964/2019.

a) Uma vez decretada a prisão preventiva e, posteriormente, revogada em razão da cessação dos motivos que a ensejaram, não poderá o juiz decretá-la novamente antes do decurso do prazo de 90 (noventa dias).

b) O juiz pode fundamentar a decisão que decreta a preventiva invocando precedente ou enunciado de súmula, desde que identifique os fundamentos determinantes e as razões que demonstrem que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.

c) Não cabe a decretação de prisão preventiva para garantir execução de medida protetiva de urgência quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra criança.

d) Havendo dúvida acerca da identidade civil da pessoa, ou quando ela não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, caberá a decretação da preventiva que perdurará até eventual revogação pelo juízo, com expedição de alvará de soltura.

e) A decisão que denega a prisão preventiva não precisa ser fundamentada, na medida em que prevalece a prerrogativa de liberdade das pessoas.

64. Assinale a alternativa correta em relação às medidas assecuratórias e suas disposições no Código de Processo Penal.

a) Nos exatos termos da lei, não se admite a decretação *ex officio* de sequestro de bens do acusado.

b) A hipoteca legal sobre os imóveis do acusado só poderá ser requerida pelo ofendido até o término da instrução processual.

c) A dificuldade de manutenção dos bens sujeitos a medidas assecuratórias não justifica a sua alienação antecipada durante o processo.

d) Admitem-se embargos pelo acusado contra sequestro determinado em desfavor de seus bens, mas não por terceiros, ainda que de boa-fé.

e) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

65. Assinale a alternativa correta a respeito da competência no processo penal.

a) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

b) A conexão determina a reunião dos processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.

c) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.

d) Compete ao foro do local da agência sacada processar e julgar o crime de estelionato praticado mediante cheque sem provisão de fundos.

e) Compete à Justiça Federal o processamento e julgamento de contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

66. O acordo de não persecução penal foi apresentado pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964 de 2019) com a promessa de reduzir os problemas envolvendo as ciências criminais. Diante de seu conteúdo normativo, em qual dos delitos abaixo o Ministério Público poderia, em tese, propor acordo de não persecução penal:

a) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima praticada contra policial civil.

b) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal.

c) extorsão qualificada pela ocorrência de lesão corporal.

d) furto de energia elétrica.

e) tentativa de homicídio.

67. Tendo como base as disposições da Lei de prisão temporária (Lei 7.960/89), assinale a afirmativa CORRETA:

a) A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, regulamentada pela Lei. 7.960/89. Pode ser decretada tanto na fase investigativa bem como durante o processo criminal, quando se deseja evitar a destruição de provas.

b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que seja imprescindível ao inquérito policial conforme disposto no art. 1º da Lei 7.960/89.

c) A prisão temporária tem um prazo máximo de duração de 05 dias, prorrogáveis por mais 05 dias, desde que se comprove sua necessidade.

d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em se tratando de crimes hediondos ou equiparados, conforme disposto no artigo 2º da Lei 7.960/89.

e) A prisão temporária pode ser decretada para assegurar a aplicação futura da lei penal.

68. Nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades:

a) Relacionadas ao auxílio a agentes de fiscalização.

b) Relacionadas à divulgação de informações a respeito dos malefícios da embriaguez ao volante.

c) Relacionadas à conservação da pavimentação para coibir novos acidentes.

d) Relacionadas ao resgate, atendimento e recuperação de vítimas de acidentes de trânsito.

e) Relacionadas à prestação pecuniária.

69. Pedro, agente da Polícia Penal, submeteu Ricardo, sob sua autoridade, com emprego de violência, a intenso sofrimento físico, como forma de aplicar castigo pessoal. A condenação criminal pela conduta descrita, acarretará a:

a) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.

b) Suspensão não remunerada do cargo pelo triplo do prazo da pena aplicada.

c) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

d) Suspensão não remunerada do cargo pelo dobro do prazo da pena aplicada.

e) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada.

70. Em relação às armas de fogo e às empresas de segurança privada, aponte a alternativa CORRETA:

a) Serão de propriedade das respectivas empresas, podendo ser utilizadas quando em serviço ou fora dele.

b) O certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal ficarão no nome dos empregados apenas durante a vigência do contrato de trabalho em regime especial.

c) Cada empresa criará seus protocolos de segurança em relação ao uso e armazenagem.

d) Deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob a guarda do proprietário da empresa privada acarreta em sua responsabilidade criminal por omissão.

e) A listagem dos empregados das empresas privadas de segurança deverá ser atualizada anualmente junto ao Sinarm.

71. A respeito dos recursos previstos na Lei nº 9.099/95, indique a única alternativa correta:

a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão judicial que rejeitar a denúncia por falta de justa causa.

b) Da decisão de homologação da composição dos danos civis cabe apelação.

c) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.

d) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

e) Admite-se Recurso Especial em face de decisão proferida por Turma Recursal.

72. Quanto à instrução criminal, na Lei de Drogas, há menção expressa a:

- a) Queixa-crime.
- b) Resposta à Acusação - RA.
- c) Procedimento Criminal Diverso - PCD.
- d) Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.
- e) Procedimento de Investigação Criminal - PIC.

73. Na Lei Maria da Penha, no âmbito das medidas protetivas de urgência, exclusivamente em relação à proibição de condutas, não integra o rol:

- a) aproximação da ofendida e de seus familiares.
- b) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- d) contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação.
- e) a fixação limite mínimo de distância entre eventuais testemunhas e o agressor.

74. Nos termos da Lei 12.850/2013, aponte a alternativa correta:

- a) a ação controlada, consistente em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, independe de prévia comunicação ao juiz competente.
- b) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização do delegado de polícia titular, que estabelecerá seus limites.
- c) o colaborador beneficiado por perdão judicial não poderá ser ouvido em juízo por força da extinção da punibilidade.
- d) não será admitida colaboração premiada após a publicação da sentença condenatória.
- e) o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio.

75. Joaquim foi condenado por crime de roubo simples à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto, tornando-se reincidente específico. Diante disso,

- a) caso Joaquim tivesse praticado falta grave, poderia perder a totalidade dos dias remidos.
- b) por ser reincidente, o regime inicial deveria ser o fechado.
- c) caso o magistrado indeferisse o pedido de progressão alegando que o reeducando deveria cumprir metade da pena nessas condições, sua motivação seria ilegal.
- d) para a obtenção do livramento condicional, Joaquim deveria cumprir mais de dois terços da pena.
- e) caso sobreviesse doença mental a Joaquim, este deveria aguardar seu reestabelecimento na enfermaria do presídio.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Henrique Rosa

76. Assinale a alternativa correta em relação às atribuições constitucionais e legais da defensoria pública em sede de demandas coletivas

a) Qualquer cidadão e a Defensoria Pública serão partes legítimas para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

b) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como ferramenta de defesa do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos, do meio ambiente e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

c) É função institucional da Defensoria Pública promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

d) A Defensoria Pública possui exclusividade na defesa dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º, da Constituição Federal.

e) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial ao Poder Judiciário, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

77. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, não é parte legítima para a propositura de ações coletivas:

a) Defensoria Pública

b) Distrito Federal

c) Ministério Público

d) Autarquias

e) Empresa pública

78. Em relação aos direitos consumidor, é correto afirmar:

a) Interesses ou direitos difusos são definidos pelo Código de Defesa do Consumidor como os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

b) Constituem interesses ou direitos coletivos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

c) São Interesses ou direitos difusos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular um grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

d) Constituem interesses ou direitos coletivos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.

e) Os interesses ou direitos individuais homogêneos são os decorrentes de um mesmo fato, de que sejam titulares pessoas indeterminadas.

79. Sobre a tutela dos direitos do Consumidor é correto afirmar:

- a) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.
- b) Na defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de defesa do Consumidor são admissíveis somente ações coletivas.
- c) Para efetiva defesa dos direitos e interesses do Consumidor serão admitidas apenas as ações de indenização por perdas e danos e de obrigação de não fazer.
- d) A fim de garantir a defesa dos direitos e interesses do Consumidor somente é admissível a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público.
- e) Somente se admite a propositura de Ação Indenizatória para defender os direitos e interesses do Consumidor, proposta por advogado constituído pela parte interessada.

80. É CORRETO dizer que:

- a) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.
- b) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, salvo motivo extraordinário provado em ação de conhecimento.
- c) Segundo a Lei n. 10.216/01, a internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.
- d) Segundo a Lei n. 10.216/01, são considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário, a pedido de familiar ou

do Ministério Público; e III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça, a pedido de qualquer interessado.

e) Segundo o Estatuto do Idoso, toda as instituições dedicadas ao atendimento ao idoso, governamentais ou privadas, ficam obrigadas a manter identificação externa visível, sob pena de interdição.

81. Assinale a alternativa incorreta em relação ao processo coletivo previsto no Estatuto do Idoso

- a) A lei 10.741/03 protege os interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos da pessoa idosa.
- b) A OAB é legitimada para ajuizamento de ação fundada em interesse difuso relativa à pessoa idosa.
- c) Para defesa dos interesses e direitos protegidos pela lei 10.741/03, são admissíveis todas as espécies de ações pertinentes.
- d) Os valores das multas previstas na lei 10.741/03 reverterão ao Fundo de reaparelhamento de Bens Lesados, previsto na Lei 7.347/85.
- e) As funções do Ministério Público previstas no Estatuto do Idoso são exemplificativas.

82. Assinale a alternativa incorreta em relação à lei 7.347/85:

- a) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro e o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- b) O Ministério Público, se não funcionar no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- c) Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- d) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- e) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

83. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo a Lei n. 13.146/15, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) As Ações Cíveis Públicas com base no Estatuto do Idoso serão ajuizadas no foro do local do dano, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa.
- c) Conforme a Lei n. 7.853/89, somente a Ação Civil Pública que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- d) Segundo a Lei n. 13.146/15, considera-se barreiras urbanísticas somente as existentes nas vias e nos espaços públicos ou de uso coletivo;
- e) Segundo a Lei n. 13.146/15, a pessoa com deficiência, em certos casos, estará obrigada à

fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

84. É INCORRETO dizer que:

- a) Segundo o Estatuto do Idoso, todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- b) Conforme o Estatuto do Idoso, a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- c) À luz da Lei n. 10.741/03, é vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos.
- d) À luz da Lei n. 10.741/03, ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo seu tratamento de saúde. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta poderá ser feita, entre outros, pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.
- e) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

85. Em relação ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do processo coletivo, assinale a incorreta:

- a) É possível a inversão do ônus da prova em ação civil pública que versa sobre matéria ambiental, utilizando o Código de Defesa do Consumidor (2)
- b) A abrangência nacional expressamente declarada na sentença coletiva pode ser alterada na fase de execução, sem ofensa à coisa julgada.
- c) Os efeitos e a eficácia da sentença no processo coletivo não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido. (10)
- d) Ajuizada ação coletiva atinente a macrolide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva. 13

e) No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em ação civil pública.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Tiago Zanolla

86. A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a adoção por procuração e havendo conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, salvo seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando.

b) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes. Quanto aos adotantes, o Estatuto da Criança e do Adolescente exige que sejam maiores de 18 (dezoito) anos e não guardem qualquer relação de parentesco com o adotando.

c) O ECA prevê que o adotante deve ser, pelo menos, dezesseis anos mais que o adotando. No entanto, a jurisprudência entende que tal critério poderá ser flexibilizado pelo magistrado quando da análise do caso concreto.

d) Para a adoção conjunta, é dispensado que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, desde que comprovem estabilidade familiar.

e) A adoção depende do consentimento dos pais, ainda que tenham sido destituídos do poder familiar.

87. O procedimento para a perda ou suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse. Sobre o procedimento, assinale a alternativa correta:

a) O Estatuto da Criança e do Adolescente exige que seja demonstrada a relação de parentesco

para que seja configurada a legitimidade ativa do interessado.

b) A autoridade judiciária poderá, independentemente da oitiva do Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar quando verificados motivos graves que autorizem a urgência da medida.

c) A formação do convencimento do magistrado sobre a existência de causas de suspensão ou destituição do poder familiar ocorrerá na fase instrutória quando das testemunhas, sendo dispensada a realização de estudos sociais ou perícia.

d) A existência de vínculo familiar ou de parentesco não constitui requisito para a legitimidade ativa do interessado na requisição da medida de perda ou suspensão do poder familiar.

e) O requerido será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos.

88. As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente exige que seja exibido aviso da classificação do espetáculo a ser apresentado. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) O ECA tipifica como crime a conduta de transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação.

b) Não há qualquer reflexo penal ou administrativo para a emissora que apresente espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação.

c) O órgão responsável deverá estabelecer horários apropriados para a exibição da programação televisiva, sendo vedada às emissoras a inobservância às indicações determinadas.

d) Visando resguardar a integridade de crianças e adolescentes e o seu adequado desenvolvimento, o Estado poderá determinar que os programas televisivos sejam exibidos apenas em determinados horários.

e) Uma emissora de TV poderá ser condenada ao pagamento de danos morais coletivos caso exiba programação fora do horário recomendado.

89. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Com fundamento no ECA, assinale a alternativa correta:

a) Os Municípios poderão contar com mais de um Conselho Tutelar, sendo composto por 7 (sete) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução.

b) São requisitos para o candidato a membro do Conselho Tutelar: reconhecida idoneidade moral e reputação ilibada, idade superior a vinte e um anos, residência no município onde desempenhará as funções.

c) Constará da lei orçamentária dos Estados e do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

d) A escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo território nacional a cada quatro anos e a posse será realizada no dia 10 de janeiro do ano subsequente à escolha.

e) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei e realizado pelo Ministério Público Estadual.

90. Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a apuração de ato infracional, pode-se afirmar:

a) A criança e o adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

b) Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente.

c) Comparecendo qualquer dos pais, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade

policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público. A liberação do adolescente terá preferência à internação, ainda que presente risco à segurança pessoal do menor.

d) Se o ato infracional for cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá lavrar boletim de ocorrência circunstanciada.

e) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária competente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Tiago Zanolla

91. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

I. As normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros prevalecem sobre o Código de Defesa do Consumidor nas hipóteses de indenização por danos materiais.

II. As indenizações por danos morais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional estão submetidas à tarifação prevista na Convenção de Montreal.

III. É válida a intermediação, pela internet, da venda de ingressos para eventos culturais e de entretenimento mediante cobrança de “taxa de conveniência”, desde que o consumidor seja previamente informado do preço total da aquisição do ingresso, com o destaque do valor da referida taxa.

IV. É abusiva a cobrança de uma diária completa de 24 horas em hotéis, pois os serviços de limpeza e organização do espaço de repouso não estão abrangidos pelo contrato de hospedagem, razão pela qual a garantia de acesso aos quartos pelo período integral da diária é razoável e proporcional.

V. O provedor de buscas de produtos voltado ao comércio eletrônico, ainda que não realize qualquer intermediação entre consumidor e

vendedor, pode ser responsabilizado por vício de mercadoria ou inadimplemento contratual.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

92. Acerca da definição de consumidor, é correto afirmar:

- a) A teoria maximalista enxerga o CDC como uma lei tutelar do mais fraco numa relação jurídica desigual, entendendo ser o Diploma Consumerista o novo regulamento do mercado de consumo brasileiro, o qual somente não albergaria a pessoa jurídica na definição de consumidor.
- b) Em uma visão mais extremada da corrente finalista, estariam incluídas no conceito de consumidor todas as pessoas jurídicas e todos os profissionais, na medida em que poderiam ser considerados destinatários finais.
- c) A teoria maximalista via nas normas do Código de Defesa do Consumidor regras orientadas para proteger somente o consumidor não profissional.
- d) A teoria subjetiva entende que o consumidor, nos termos da definição trazida pelo Diploma Consumerista, é o destinatário fático e econômico, ou seja, o produto ou serviço deve ser efetivamente consumido pelo adquirente ou por sua família.
- e) A teoria finalista aprofundada é utilizada em casos difíceis envolvendo pequenas empresas que utilizam insumos para a sua produção, em sua área de expertise ou com uma utilização mista.

93. Mateus celebrou contrato com a Casacoop, cooperativa criada com o objetivo de construir e vender imóveis de baixo custo para população de baixa renda, para adquirir um apartamento. O prazo máximo para entrega de sua unidade era o mês de julho de 2019, mas seu imóvel nunca foi entregue, o que o levou a procurar a Defensoria Pública, pretendendo ajuizar ação de resolução cumulada com a devolução das quantias pagas. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A cooperativa que promove um empreendimento habitacional não pode ser equiparada a uma incorporadora imobiliária, não estando, portanto, sujeitas às disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- b) Julgada procedente a ação, a desconsideração da personalidade jurídica, ainda que com fundamento na Teoria Menor, não pode atingir o patrimônio pessoal de membros do Conselho Fiscal sem que haja a mínima presença de indícios de que estes contribuíram, ao menos culposamente e com desvio de função, para a prática de atos de administração.
- c) Por não se exigir prova de abuso ou fraude para fins de aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica, tampouco de confusão patrimonial, o Código de Defesa do Consumidor admite a responsabilização pessoal de quem jamais atuou como gestor da empresa.
- d) Para fins de aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do CDC, basta que o consumidor demonstre o estado de insolvência do fornecedor, bem como o mínimo abuso da personalidade.
- e) O Código de Defesa do Consumidor dispõe expressamente que a mera existência de grupo econômico sem a presença do abuso da personalidade não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

94. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, acerca da proteção contratual, é correto afirmar:

- a) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável a quem não as redigiu.
- b) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, mas não ensejam execução específica.
- c) A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito ou verbal.
- d) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, ressalvadas as celebradas em domicílio.
- e) O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

95. Ronaldo era segurado de plano de saúde coletivo por adesão com a operadora Viva mais. Certo dia, a operadora do plano de saúde notificou Ronaldo dizendo que não tinha mais interesse em manter o contrato, fazendo a rescisão unilateral do pacto. Por esse motivo, ele procurou a Defensoria Pública, desejando ingressar com ação judicial requerendo o direito de migrar para um plano de saúde individual, sem ter a necessidade de cumprir novo período de carência. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) é vedada a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, sendo cabível dano moral, uma vez que configura conduta ilícita capaz de ensejar o dever de compensação.
- b) o diálogo das fontes entre o CDC e a Lei dos Planos de Saúde exige uma interpretação que atenda a ambos os interesses, de modo que não assiste direito à operadora de se desvincular das

obrigações assumidas no contrato celebrado com o estipulante.

- c) diante da ausência de norma legal expressa que resguarde o consumidor na hipótese de rescisão unilateral do contrato coletivo pela operadora, não é viável se reconhecer o direito à portabilidade de carências, de modo a permitir que os beneficiários possam contratar um novo plano de saúde, sem o cumprimento de novos períodos de carência ou de cobertura parcial temporária e sem custo adicional pelo exercício do direito.
- d) os beneficiários de plano de saúde coletivo, após a rescisão unilateral do contrato pela operadora, têm direito à portabilidade de carências ao contratar novo plano observado o prazo de permanência no anterior, sem o cumprimento de novos períodos de carência ou de cobertura parcial temporária e sem custo adicional pelo exercício do direito.
- e) O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou pela impossibilidade de afastar a presunção de dano moral na hipótese em que a recusa de cobertura pelo plano de saúde decorrer de dúvida razoável na interpretação do contrato, por configurar conduta ilícita capaz de ensejar o dever de compensação.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Marcos Gomes

96. Leia o seguinte poema de autor desconhecido para ao final responder:

Minas não tem mar,

Mas fizeram dois mares de lama nas minas.

Cadê minha casa que estava aqui?

Cadê meu boi, meu cavalo?

Cadê meu cachorro?

Cadê meu pé de mamão?

Meu carrinho de mão?

Cadê meu pé de limão?

Cadê meus livros?

Cadê meu arroz, feijão?

Cadê meu colchão?

Cadê meu pai, minha mãe, meus irmãos?

A lama levou....

A lama levou minha vida

Meus sonhos,

Meu porto seguro,

Meu chão.

Não foi a lama não,

Foi o homem que fez a lama, que jogou Mariana e Brumadinho no chão.

Tingiu de marrom as águas do meu Rio Doce,

Coloriu de terra meu Paraopeba,

Vai tingir meu Velho Chico.

Vai calar a voz dos passarinhos,

Matar os peixes,

Que será de mim?

Quem devolverá tudo que levaram de mim?

Acerca da atuação da Defensoria Pública na tragédia de Brumadinho, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

I – A atuação defensorial fundamentou-se, também, na quarta onda de acesso à justiça, criada por Kim Economides.

II – A Instituição atuou de maneira não apenas demandista e individual, mas também de forma coletiva, social.

III – A Defensoria Pública realizou atuações “in loco”, concretizando a proteção dos direitos humanos de maneira estratégica.

IV – A quarta onda de acesso à justiça se refere à ideia de Globalização e Direitos Humanos.

Estão corretas afirmativas:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III.

c) II, III e IV.

d) II e III.

e) I e III.

97. Sobre os modelos de prestação de assistência jurídica, assinale a alternativa CORRETA:

a) No modelo *judicare*, temos profissionais liberais – advogados, prestando assistência jurídica sem contraprestação do Estado.

b) No modelo *salariated staff*, temos um corpo de advogados particulares prestando o serviço de assistência jurídica com contraprestação do Estado.

c) O modelo *salariated staff* também é conhecido como modelo privado-individualista.

d) O modelo *salariated staff* é exercido de forma pulverizada, *case by case*.

e) No *salariated staff*, temos uma instituição, com servidores públicos, responsáveis por prestar o serviço público.

98. Acerca das Emendas Constitucionais envolvendo a Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A emenda constitucional n. 69 trouxe autonomia para a Defensoria Pública do Distrito Federal.

b) A emenda constitucional 45 trouxe, expressamente, autonomia para a Defensoria Pública dos Estados.

c) A emenda constitucional n. 80 destaca que no prazo de 08 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

d) A emenda constitucional n. 45 elevou os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional à princípios constitucionais.

e) A emenda constitucional n. 80 reforçou a autonomia da instituição como um todo, colocando a Defensoria Pública em sessão própria (Seção IV), distinta daquela inerente à Advocacia (Seção III).

99. Assinale a alternativa CORRETA acerca do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da autonomia da Defensoria Pública:

- a) A Defensoria Pública pode integrar a estrutura do Poder Executivo.
- b) A Defensoria Pública pode, sem obrigatoriedade e nem exclusividade, celebrar convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) Norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo não extrapola o modelo da Constituição Federal.
- d) A fixação de limite para a proposta de orçamento a ser enviado pela Defensoria Pública, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, pode ser feita sem participação dessa Instituição.
- e) O repasse de duodécimos à Defensoria Pública não é obrigatório, uma vez que o Executivo é o órgão arrecadador dos recursos orçamentários.

100. Acerca da normativa da Defensoria Pública na Lei Complementar n. 80/94, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São alguns dos objetivos da Defensoria Pública expressamente previstos em lei a primazia da dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais, bem como a afirmação do Estado Democrático de Direito.
- b) É função da Defensoria Pública promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.
- c) O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo judicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.
- d) De forma inovadora, a LC n. 80/94 aborda expressamente direitos dos seus

usuários/assistidos, dentre eles o direito de ter o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.

e) Está encampado pela autonomia da Defensoria Pública a elaboração de suas folhas de pagamento e expedição dos competentes demonstrativos.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Provão-de-Bolsa-20-06>



Estratégia
Carreira Jurídica